

h. 10. 01. 2010  
[Handwritten signature]

**RELATÓRIO DO JÚRI DAS PROVAS PARA A ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA  
REQUERIDAS PELO MESTRE EMÍLIO MANUEL QUENTAL MATEUS**

(n.º 2 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto)

O **Mestre Emílio Manuel Quental Mateus**, Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, solicitou ao Instituto Politécnico de Santarém a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de **Gestão e Administração** conforme requerimento junto ao processo, acompanhado do respectivo currículo, com indicação do percurso profissional, das obras e dos trabalhos efectuados, e das actividades científicas e pedagógicas desenvolvidas, bem como do trabalho de natureza profissional a que se refere a alínea b) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto, intitulado “Estruturas, Produtividade e Desempenho Económico-Financeiro na Indústria Transformadora Portuguesa – Ano 2010”.

Após despacho de nomeação do Júri das provas e das conseqüentes notificações, importa proceder à apreciação preliminar do pedido, com vista a verificar se o candidato satisfaz as condições de admissão às provas e se o trabalho apresentado se insere na área para que foram requeridas as provas.

Tal apreciação preliminar, de carácter eliminatório, é objecto do presente relatório.

Apreciados os documentos por parte de todos os elementos do Júri, este deliberou, por unanimidade, admitir o candidato à realização das provas por reunir todos os requisitos e ter entregue os documentos exigidos pela lei e pelo Regulamento n.º 445/2010, publicado no Diário da República, 2.ª. Série, n.º 95, de 17 de Maio de 2010.

Na verdade, por um lado, o requerente tem formação inicial superior e possui experiência profissional no âmbito da área para que são requeridas as provas, conforme atesta o respetivo currículo, com indicação do percurso profissional, das obras e trabalhos efetuados, bem como das actividades científicas e pedagógicas desenvolvidas.

Por outro lado, o requerente detém um currículo profissional de qualidade e relevância comprovada para o exercício de profissão na área em causa, sendo que o trabalho apresentado se insere, de igual modo, na área para que foram requeridas as provas.



Nestes termos, considera o Júri estarem reunidas todas as condições para a tramitação subsequente do presente procedimento, nomeadamente a notificação ao candidato da deliberação final do Júri da sua admissão às provas e da marcação das mesmas de acordo com o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto e do artigo 15.º do Regulamento n.º 445/2010, publicado no Diário da República, 2.ª. Série, n.º. 95, de 17 de Maio de 2010.

Instituto Politécnico de Santarém 27 de Janeiro de 2016

O Presidente do Júri

Prof. Coordenador Vítor Manuel Pina da Costa

Os vogais

Prof. Coordenador António José Morão Lourenço

Prof. Coordenador Carlos Manuel Gomes da Silva

Prof.ª Adjunta Olinda Maria dos Santos Sequeira

Dr. Hélder Jacinto de Oliveira

Dr. Jorge Rodrigues Pires